

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 011-551 7700 Fax: 011-551 7844
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Quarta Sessão Ordinária
26 – 30 de Janeiro de 2009
Adis Abeba, Etiópiã

EX.CL/474 (XIV)

RELATÓRIO DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
AFRICANOS DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS MINERAIS, ADIS
ABEBA, ETIÓPIA, 13-17 DE OUTUBRO DE 2008

NOTA INTRODUTÓRIA AO RELATÓRIO DA 1ª CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS MINERAIS, ADIS ABEBA, ETIÓPIA, 13-17 DE OUTUBRO DE 2008

1. O controlo das fontes de fornecimento de matérias primas está a tornar-se cada vez mais uma questão geopolítica estratégica. Isto tem-se intensificado com o surgimento de novos actores globais, as economias emergentes em rápido crescimento e ávidas de recursos. Por conseguinte, a capacidade da procura e da oferta dos diferentes actores (estados, regiões, empresas, populações e domicílios) torna-se decisiva na avaliação do poder negocial dos diferentes intervenientes, e podem, em última análise, determinar o equilíbrio de forças. É com este cenário em mente que os líderes Africanos procuram desenvolver posições comuns e consistentes, sobre questões relacionadas com a gestão dos recursos minerais. Foi neste contexto que o Conselho Executivo solicitou a Comissão da União Africana (CUA) através da Decisão EX.CL/Dec.368 (XI) a organizar, em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a primeira Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais.

2. A primeira Sessão Ordinária da Conferência da União Africana (UA) dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais foi realizada na Sede da UA em Adis Abeba, Etiópia, de 16 ao dia 17 de Outubro de 2008. O objectivo principal da Conferência foi o de chegar a um acordo, e propor aos Líderes Africanos a visão estratégica para a gestão responsável dos Recursos Minerais Africanos, por forma a promover o crescimento, reduzir a pobreza, e garantir um desenvolvimento sustentável em África. A cerimónia de abertura foi presidida por S.Exa. Sr. Pierre Oba, Ministro das Minas da República do Congo.

3. Quarenta Estados Membros (40), cinco (5) Comunidades Económicas Regionais (CERs) e vinte e cinco (25) organizações internacionais participaram na conferência. A Conferência analisou e debateu o relatório dos altos funcionários e a Visão Africana para o Sector Mineiro 2050. Durante as deliberações, os Ministros fizeram as seguintes observações e recomendações chave sobre ambos os documentos:

- Acordou-se que a adopção da Visão do Sector Mineiro fosse adiada para Fevereiro de 2009, aquando da Reunião do AMP em Durban, África do Sul, Isto permite que os representantes dos Estados Membros levem o projecto de documento às suas respectivas capitais para uma análise mais minuciosa, uma análise mais profunda e um maior enriquecimento;
- Foi feita a observação de que a reunião do AMP não tem o mandato de aprovar e adoptar a Visão do sector Mineiro, fora dos auspícios da Conferência de Ministros dos Recursos Minerais e da Comissão da UA;
- Acordou-se que a Sessão paralela seja realizada em Durban durante a reunião do AMP, de modo a que a visão possa ser adoptada. A Comissão da UA foi solicitada a estar presente a nível dos Comissários. Todos os Estados Membros

foram instados a estudar o documento minuciosamente antes da referida Sessão;

- Foi levantada a questão de que a Visão do Sector mineiro bem como a Declaração não incorporam questões comunitárias, especialmente nos Estados Mineiros voláteis. A reunião instou os Estados Membros a apresentar um quadro executório de questões comunitárias; recomendou-se que um parágrafo fosse incluído na Declaração por forma a abordar estas questões;
 - Recomendou-se que a Comissão da UA deve preparar um Plano de Acção sobre a gestão dos recursos minerais Africanos com prazos bem definidos.
 - A reunião convidou a Parceria da Visão do Sector Mineiro (AMP) a afiliar-se rapidamente à União Africana.
 - Recomendou a criação de um fundo de empoderamento/habilitação, bem como um fundo de desenvolvimento. As contribuições para o fundo de empoderamento/habilitação poderiam ser mobilizadas a partir do Banco Mundial (BM) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras organizações Internacionais .
 - A reunião recomendou ainda que acções apropriadas para institucionalizar a Conferência dos Ministros Responsáveis pelos Recursos Minerais sejam levadas a cabo, por forma a que estas se tornem parte das reuniões regulares dos órgãos deliberativos da União Africana, e que a AMP seja associada à conferência.
4. No final da reunião, os Ministros adoptaram a Declaração e o relatório.

EX.CL/474 (XIV)
Anexo

**DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA SOBRE O DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO DOS RECURSOS MINERAIS DE ÁFRICA**

Adoptada pela

**CONFERÊNCIA DA UA DE MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS MINERAIS**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 011-551 7700 Fax: 011-551 7844
Website : www.africa-union.org

**CONFERÊNCIA DA UA DE MINISTROS
RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO
DOS RECURSOS MINERAIS
1^A SESSÃO ORDINÁRIA
13 - 17 DE OUTUBRO DE 2008
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

**AU/MIN/CAMRMRD/4(I)
ORIGINAL-ENGLISH**

**DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA SOBRE O DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO DOS RECURSOS MINERAIS DE ÁFRICA**

ADOPTADA PELA

**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA DE MINISTROS
RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS MINERAIS**

**DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA SOBRE O DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO DOS RECURSOS MINERAIS DE ÁFRICA**

ADOPTADA PELA

**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA DE MINISTROS
RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS MINERAIS**

Nós, Ministros da União Africana Responsáveis pelo Desenvolvimento de Recursos Minerais, reunidos em Adis Abeba, Etiópia, de 16 a 17 de Outubro de 2008, na primeira Sessão da nossa Conferência,

Profundamente preocupados com a alta incidência de pobreza e subdesenvolvimento em África, apesar da sua abundante dotação de recursos minerais,

Conscientes das significativas contribuições que um prudente e eficiente desenvolvimento e gestão dos nossos recursos minerais podem fazer para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e fazer face aos desafios de erradicação da pobreza e alcançar um amplo desenvolvimento sócio económico nos nossos países,

Cientes também de que a maioria dos recursos minerais de África permanecem inexplorados e subaproveitados e que o conhecimento da geociência está a um nível relativamente muito baixo, para atrair a exploração e investimento,

Considerando a Visão de Yaoundé sobre as actividades de Mineração Artesanal de Pequena Escala (ASM), adoptada em Yaoundé em Novembro de 2002, que destaca a importância destas actividades para o desenvolvimento das comunidades rurais e para a redução da pobreza,

Convencidos que a África necessita de espaço político, e **Reconhecendo** a importância de um estado de desenvolvimento pro-activo para alcançar regimes fiscais justos e equitativos e maximizar os benefícios derivados dos rendimentos dos recursos minerais,

Conscientes da criação pela CEA do Grupo Internacional de Estudo (GIE) para examinar os Regimes do Sector Mineiro em África,

Côncios de que o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) criou o Mecanismo Africano para Assistência Jurídica (ALSF) para melhorar a capacidade dos Estados Membros Africanos de negociar transações comerciais complexas, incluindo contractos sobre o sector mineiro,

Determinados a evitar a Doença Holandesa na gestão dos recursos minerais de África e garantir que os recursos minerais se tornem numa benção e não uma maldição para os nossos países e povos,

Cientes que os minerais são recursos finitos, cuja exploração não pode durar para sempre e deve ser prudentemente utilizada para o benefício de gerações presentes e futuras,

Tendo em conta a crescente competição e procura de recursos minerais de África na nova era geopolítica e económica,

Notando que o “Projecto Visão de África para o Sector Mineiro 2050” formulado pelo Grupo Técnico de Trabalho que foi estabelecido conjuntamente pela CUA e a CEA,

Notando também a existência da Parceria Africana sobre o Sector Mineiro (AMP) e a sua proposta afiliação a UA, e outras iniciativas regionais, continentais e globais que visam maximizar o desenvolvimento do resultado da exploração dos recursos minerais,

Respeitando a Declaração de Durban sobre Cooperação sub-Regional e Regional para o Desenvolvimento e Utilização Eficiente de Energia e Recursos Minerais em África adoptada em Durban, África do Sul, a 22 de Novembro de 1997, pela Segunda Conferência de Ministros Africanos Responsáveis pelo Desenvolvimento e Utilização de Recursos Minerais e Energéticos em África organizada pela CEA,

Pela presente

SOLICITAMOS a CUA, em colaboração com a CEA, o BAD, o AMP, CERs e todos outros actores interessados, para formular, tendo em conta as recomendações feitas pela Reunião de Peritos, um concreto Plano de Acção para a materialização da Visão depois da sua adopção,

REAFIRMAMOS o nosso compromisso para com um desenvolvimento e gestão prudente, transparente e eficiente dos recursos minerais de África para atingir os ODM, erradicar a pobreza e alcançar rapidamente um abrangente desenvolvimento sócio económico sustentável,

APELAMOS os Estados Membros a trabalhar em conjunto para garantir que os acordos internacionais em que estejam envolvidos melhorem, ao invés de prejudicar o espaço político de África para a integração do desenvolvimento de recursos minerais nas suas economias e, neste sentido, **EXORTAMO-LOS**, juntamente com as CERs, para assegurar que Acordos de Parceria Económica (APE) em curso e as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) não limitem este espaço,

REALÇAMOS a necessidade de maiores benefícios locais e adição ao valor dos recursos minerais de África e o melhoramento da sua base industrial através de ligações a montante, a jusante e conexas,

CONCORDAMOS promover o investimento no desenvolvimento de habilidades humanas no sector de recursos minerais, investigação e desenvolvimento e de dados da infra-estrutura geológica e geofísica,

CONCORDAMOS TAMBÉM em gerir os potenciais das Parcerias Público Privadas (PPPs) no desenvolvimento e gestão dos recursos minerais,

SAÚDAMOS as várias Iniciativas de Sistemas de Informação Geomineral em África, incluindo o Sistema Africano Europeu de Observação de Georecursos (AEGOS),

ENDOSSAMOS o estabelecimento de um Programa de Desenvolvimento Espacial Africano e a criação de uma rede de corredores importantes de desenvolvimento em África para ter noção dos recursos do continente e o seu potencial associado,

SOLICITAMOS a Comissão da União Africana em colaboração com a CEA, AMP e as CERs para desenvolver modelos, directivas, padrões e códigos para ajudar os países Africanos a otimizar os benefícios potenciais dos seus recursos minerais, baseando-se no trabalho do Grupo Internacional de Estudo (GIE),

APELAMOS o BAD a operacionalizar o ALSF para fortalecer a capacidade dos Estados Membros Africanos de negociar melhores contratos no sector mineiro,

APELAMOS ainda a Comissão da UA e o BAD para facilitar a criação de mercados locais de capital e trocas de comodidades com vista a melhorar o poder de negociação do continente,

REALCAMOS que o melhoramento da gestão dos recursos minerais é essencial para maximizar os resultados do investimento e desenvolvimento sustentado no sector mineiro,

APELAMOS o Secretariado (Mecanismo Africano de Avaliação de Pares APRM) a incluir nas suas próximas avaliações de países um capítulo sobre gestão de recursos naturais,

APOIAMOS a criação de órgãos nacionais de fiscalização e comités independentes para monitorar os projectos do sector mineiro,

APELAMOS aos Estados Membros da União Africana para integrar as melhores práticas de governação, tais como a Iniciativa de Transparência na Industria Extractiva (ITIE), nas suas respectivas políticas, leis, regulamentos, códigos e padrões e **AOS** parceiros de desenvolvimento para fazer contribuições importantes ao Fundo Fiduciário Multi-Doadores (MDTF) para o ITIE estabelecido pelo Banco Mundial,

APELAMOS TAMBÉM os Estados Membros a criar quadros institucionais apropriados inclusivos integrados por Ministros de Recursos Naturais, Infra-estrutura, Indústria, Comércio e outros actores interessados em garantir a optimização da gestão dos recursos minerais para um desenvolvimento mais amplo,

SAUDAMOS a subscrição de alguns Estados Membros da União Africana produtores de diamantes ao Esquema de Processo de Certificação de Kimberley e **EXORTAMOS** os outros países Africanos produtores de diamantes a fazerem o mesmo,

SAUDAMOS TAMBÉM o lançamento da ITIE ++ pelo Banco Mundial para abordar questões a montante e a jusante tais como licenciamento, adjudicação de contratos, propriedade e desenvolvimento sustentável e **APELAMOS** para a sua operacionalização urgente,

APELAMOS as indústrias mineiras que operam em África a adoptar boa gestão empresarial e a aderir a Carta de Desenvolvimento Sustentável do Conselho Internacional sobre Minas e Metais (ICMM) e a Iniciativa de Informação Global (GRI),

SOLICITAMOS a CUA para engajar a CE ao diálogo político para desenvolver um forte instrumento de desenvolvimento de capacidades na próxima Política da UE sobre minerais,

SOLICITAMOS AINDA a Comissão da UA, em colaboração com a CEA, o BAD e outros parceiros importantes, a assistir os Estados Membros na suas auditorias, avaliações e negociações de acordos mineiros existentes,

APELAMOS os Parceiros de Desenvolvimento de África a aumentar o seu apoio para o desenvolvimento de infra-estruturas físicas e de fonte de conhecimento para o reforço das capacidades institucionais, humanas e técnicas necessárias para desenvolver os potenciais dos recursos minerais do continente,

CONCORDAMOS cooperar a nível regional e sub-regional no desenvolvimento de recursos humanos e minerais,

CONCORDAMOS TAMBÉM sobre a necessidade urgente de acelerar a harmonização intra-regional das leis, regulamentos e regimes fiscais para criar sinergias intra-regionais e promover a mobilidade intra-regional de bens, serviços e capital para o desenvolvimento do sector mineiro e **SOLICITAMOS** a CUA, em colaboração com as CERs, CEA e o BAD a encetar acções neste sentido,

APELAMOS as empresas que operam em África a adoptar uma abordagem mais holística de responsabilidade social empresarial, que preste muita atenção a equidade intergeracional, administração ambiental e material, direitos humanos, dimensões do género, escolha social e económica, herança cultural e a edificação e capacitação das comunidades locais a semelhança do que fazem do sucesso financeiro.

Adis Abeba, 17 de Outubro de 2008

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 011-551 7700 Fax : 011-551 7844
website : www.africa-union.org

**1ª CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO
DOS RECURSOS MINERAIS
13 - 17 DE OUTUBRO DE 2008
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

AU/MIN/CAMRMRD/RPT (I)
Original : Inglês

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS

**RELATÓRIO DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DA UA DE
MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS
MINERAIS**

I. Introdução

1. A Primeira Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da UA Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais ao nível do Ministros de 16 a 17 de Outubro de 2008 na Sede da UA, em Addis Abeba, Etiópia. A sessão de abertura da reunião foi presidida por Sua Excelência, Sr. Pierre Oba, Ministro das Minas da República do Congo na sua qualidade eleito como Presidente da Conferência.

II. Participação

2. Estiveram presentes na sessão os seguintes Estados-Membros: Argélia, Angola, Botswana, Burquina Faso, Camarões, República do Congo, República Democrática do Congo (DRC), Cote d'Ivoire, Djibuti, Egito, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Mali, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Democrática Árabe Saharawi, Senegal, Sierra Leone, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Também participaram as seguintes Comunidades Económicas Regionais (CERs) e Organizações Internacionais: Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), CEEAC, ECOWAS, CEMAC, SADC, UEMOA, Banco Mundial, UNCTAD, PNUD, UNEP, CFC, ECA, Action Aid International – África EuroGeo Surveys, Natural Resources – Canada, SARW, Universidade de Leeds, Tax Justice Network, Rede do Terceiro Mundo - África, BGR, EITI, Heinrich Boll Foundation, Mapeamento Regional de Biociências, Anglo American Plc., Anglo Gold Ashanti Ltd, ICCM, MINTEK, PANA, PEAC, VALE. A lista completa dos participantes em Anexo 1.

III. Acta

Ponto 1 da Agenda: Abertura da Reunião

Discurso do Ministro das Minas da Etiópia

4. Após apresentação de boas vindas aos participantes a Etiópia e a Conferência, Sua Excelência, Sr. Alemayehu Tegenu, Ministro das Minas da Etiópia, afirmou que o

objectivo da Conferência era reunir Ministros Africanos Responsáveis pelos Recursos Minerais, bem como peritos em exploração mineira, de modo a discutir assuntos chave relativos a recursos minerais e propor uma visão estratégica e um Plano de Acção virada à promoção do crescimento económico, redução da pobreza e alcance do desenvolvimento sustentável. Em seguida, apresentou o panorama do potencial do continente especialmente da Etiópia em recursos minerais. Sublinhou ainda alguns desafios que enfrentam o sector e apelou a UA a fortalecer instituições existentes na Indústria Extractiva.

Discurso do Representante da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA)

5. Em nome do Secretário Executivo da CEA, o Sr. Abdellah Hamd, evocou que a Conferência constituía um acompanhamento lógico da Mesa Alargada de 2007 e a outras Conferências que levaram a Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva, o Grupo de Estudo Jurídico Africano e outras iniciativas. Após apresentação de alguns dados estatísticos sobre o potencial africano em recursos minerais, recomendou que devia haver mais investimentos no sector mineiro, de modo a aumentar o nível e a qualidade dos produtos. Apelou ainda para boa gestão e distribuição das receitas geradas pelo sector mineiro. Sublinhou ainda a necessidade para o fortalecimento da capacidade dos países africanos para negociação de melhores contratos e renegociação dos contratos existentes, garantido a regulação equitativa intergovernamental e intergeracional das operações mineiras. Advogou ainda a riqueza mineral para ser usada a promover industrialização com base em recursos e diversificação. A este respeito, apelou a conferência a acordar num acordo de mudança e conceber um modelo que pode habilitar África a maximizar os benefícios dos sectores mineiros.

Discurso da Comissária do Comércio e Indústria da UA

6. Em nome do Presidente da Comissão, a Comissária do Comércio e Indústria, Senhora Elisabeth Tankeu desejou calorosas boas vindas a todos Participantes e sublinhou a pertinência do tema da Conferência. Ela demonstrou como a abundância de riqueza no subsolo africano contrasta violentamente com o estado de pobreza no continente, não obstante uma enorme procura de matérias-primas no mercado internacional. Ao invés de dever ter sido utilizado como motor de desenvolvimento, os recursos minerais em África, foram transformados em factor de desestabilização de todo género.

7. Ela sublinhou que o objectivo desta Conferência é reorientar a exploração dos recursos minerais para a sua função de impulsionador do crescimento e da erradicação da pobreza por melhor vida e bem-estar das populações. Nesta perspectiva ela enumerou algumas medidas cuja implementação irá libertar o continente da Doença

Holandesa e contribuir para que o continente atinja os OMD. Estas medidas comportam diversas vertentes: tecnologia, regulamentação, institucional, reforço de capacidades, harmonização de políticas mineiras, contribuição do sector privado e sociedade civil, mecanismos de concertação e de partilha de experiência e criação de redes de Países africanos produtores de minérios.

8. Ela enalteceu a qualidade do trabalho realizado pelos Peritos na preparação da Sessão Ministerial e especificamente o papel da CEA que contribuíram para a realização desta Conferência. Finalmente, lembrou os anseios da Comissão para que a África inteira se debruce sobre o relatório dos trabalhos desta Conferência.

Ponto 2 da Agenda: Eleição da Mesa

9. A Reunião elegeu a seguinte Mesa:

Presidente	: República do Congo (Africa Central)
Primeiro Vice-presidente	: Zâmbia (Africa Austral)
Segundo Vice-presidente	: Argélia (Africa do Norte)
Terceiro Vice-presidente	: Sudão (Africa Oriental)
Relator	: Nigéria (Africa Ocidental)

Ponto 3 da Agenda: Adopção da Agenda

10. Os participantes analisaram a sua agenda, e depois de discussões extensivas decidiram retirar da agenda regular o ponto relativo a reunião com os CEOs e fazer dela um evento paralelo. A agenda foi de seguida adoptada com esta única emenda.

Ponto 4 da Agenda: Organização do Trabalho

11. Adoptou também o seguinte horário de trabalho:

Manhã:	10H00 – 13H00
Tarde:	15H00 – 18H30

Ponto 5 da Agenda: Apreciação do relatório dos Altos Funcionários

12. Depois da apresentação do relatório dos Altos Funcionários pelo seu Presidente, o dirigente informou que o relatório realçou os actuais problemas enfrentados pelo sector mineiro em África e apelou para uma acção colectiva e concertada por parte de

todos os Estados Membros da União Africana, para usarem os recursos minerais para melhorar o bem-estar dos povos de Africa.

13. Nas discussões que se seguiram, os Ministros notaram que a maioria das apresentações feitas na reunião dos Altos Funcionários tinha sido feita por apresentadores externos e encorajaram o uso de recursos humanos internos. Levantou-se também uma preocupação em relação ao nível de participação dos Ministros na Conferência.

14. Houve, contudo, apelos para a integração e maximização dos benefícios provenientes dos recursos minerais, para garantir o desenvolvimento e a erradicação da pobreza em África através do aumento do valor acrescentado e processamento dos vários recursos minerais que são descobertos em abundancia no continente. Enfatizou-se a necessidade de garantir que o Sector de Exploração Mineira de Pequena Escala seja desenvolvido à luz do papel que desempenha no desenvolvimento das economias Africanas. Realçou-se também a necessidade de harmonizar as políticas no sector de exploração mineira de pequena escala.

15. A reunião exortou à rápida afiliação da Parceria Africana de Exploração Mineira (AMP) à União Africana.

16. Ela recomendou a criação de um fundo de empoderamento e um outro de desenvolvimento. As contribuições para o fundo de empoderamento poderiam ser mobilizadas junto do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outras organizações internacionais. Neste contexto, será necessário elaborar uma proposta de modalidades que incidirá sobre o desenvolvimento de infra-estruturas geológicas. As outras questões que irão precisar de mais atenção no desenvolvimento do sector mineiro incluem a boa governação e disciplina a nível nacional.

17. A reunião recomendou ainda que seja encetada acção adequada para institucionalizar a Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais para passar a fazer parte das reuniões regulares dos órgãos de políticas da União Africana e que a AMP seja associada a Assembleia.

18. A reunião encorajou a participação de todos os países na Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (EITI). Alguns países incluíram a indústria florestal, no âmbito desta iniciativa. Os Ministros reiteraram a necessidade urgente de desenvolver infra-estruturas a nível da indústria mineira bem como sistemas de transportes que possam aumentar a eficiência do sector. Os governos nacionais devem tomar a dianteira neste esforço e não esperar de doadores uma vez que isto pode

conduzir a mais atrasos. A extracção de recursos minerais precisa também de ser gerida de forma que não conduza a conflitos e guerras dentre e entre países. Neste sentido, existe necessidade de desenvolver um quadro de cooperação para evitar tais conflitos e possíveis incursões.

19. Em resposta, a Comissária para a área do Comércio e Indústria informou aos participantes que um Memorando de Entendimento (MdE) seria assinado entre a União Africana e a AMP e que o documento estava a ser analisado no gabinete do Conselheiro Jurídico. Ela informou ainda os participantes que os parceiros de desenvolvimento de África como a Índia manifestaram desejo de cooperar e reforçar a capacidade das Pequena e Médias Empresas (PMEs). Relativamente à questão da afiliação com AMP, ela observou que os parágrafos da declaração poderiam ser reforçados.

20. Depois destes comentários, os Ministros tomaram nota do relatório dos Altos Funcionários.

Apreciação e Adopção da Visão Africana sobre o Sector Mineiro 2050

21. A Visão Africana sobre o Sector Mineiro 2050 foi apresentada pela CEA.

Ela visa garantir **“a Exploração equitativa, transparente e correcta dos recursos minerais para promover um amplo crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconómico”**.

22. Os princípios destacados no relatório visam sustentar um sector mineiro sustentável e bem administrado com boas rendas de recursos bem administradas, distribuídas e investidas de forma adequada com ênfase a equidade intergeracional, ambiental e administração material e Responsabilidade Social Empresarial (CSR) respeitada; segura, saudável e avançada bem como intervenientes fortalecidos.

23. Dentre as várias razões relevantes para a formulação da Visão Africana sobre o Sector Mineiro, salienta-se a necessidade de uma voz comum africana sobre como aproveitar os recursos minerais para o crescimento e desenvolvimento na percepção de que a actual explosão da comodidade proporciona uma nova janela de oportunidades. Os pontos de entrada da Visão foram vistos como sendo rendas de recursos que são investidos para melhorar a infra-estrutura física e social, sendo a infra-estrutura física vista como um passo para a abertura de outro potencial de recursos (i.e., agricultura, florestas, turismo) e zonas de acesso com menor potencial

económico (i.e., densificação, programas de desenvolvimento espacial). Foram destacadas conexões a jusante, a montante e intermédias para conter a incidência de risco da “Doença Holandesa”.

24. Estratégias tidas como suporte na realização da Visão incluem, entre outras, a melhoria de nível/qualidade de dados do potencial dos recursos de África (pesquisa geológica e inventário mineiro), que fortalece o poder de regateio do continente, a introdução de esquemas inovativos de licenciamento para estimular a concorrência – indo para além do tratamento “Primeiro a chegar, Primeiro a ser Servido” e explorar o leilão competitivo através de diferenciação de terrenos, conforme está sendo feito na Libéria.

25. A implementação da Visão requer uma visão comum dentro dos Estados Membros, contudo esta visão deve ser faseada (i.e., acções a longo e médio prazo) e mais contextualizada a diferentes espaços de políticas, uma vez que não existe “uma medida para acomodar todas”. Estas fases não são mutuamente exclusivas, boa vontade política e acções proactivas do governo constituem a chave e é indispensável uma acção colectiva e concertada com relação a integração Regional (i.e, Uma Voz Africana).

26. Depois da apresentação, foram feitas as seguintes observações e recomendações:

- Os Estados Membros reconheceram que a Visão Mineira é um documento importante que se enquadra nos Programas de Estratégia de Redução de Pobreza (PRSPs) de muitos países africanos. Contudo, o período de 2050 foi considerado como demasiado longo para beneficiar a geração actual. Foi proposto que o período fosse limitado a 2025 para permitir àqueles que adoptam o documento hoje, de terem oportunidade de fazer uma revisão em 2025;
- Foi acordado que a adopção da Visão Mineira fosse diferida para Fevereiro de 2009 durante a Reunião da AMP em Durban, África do Sul. Isto é para permitir aos representantes dos Estados Membros transmitir o projecto de documento às suas respectivas capitais para enriquecimento, reflexões profundas e conclusão;
- Foi constatado que a reunião da AMP não tem mandato para aprovar e adoptar a Visão Mineira fora dos auspícios da Conferência dos Ministros dos Recursos Naturais e da Comissão da UA;

- Foi acordado que uma sessão paralela seja realizada em Durban durante a reunião do AMP para que a Visão possa ser adoptada. Solicitou-se à Comissão da UA que se fizesse representar ao nível de Comissários. Exorta-se igualmente a todos os Estados Membros de examinarem o documento minuciosamente antes da dita sessão;
- Levantou-se uma questão de que a Visão bem como o Projecto de Declaração não incorporavam questões comunitárias, principalmente nos Estados Mineiros voláteis. A reunião exortou os Estados Membros de apresentar um quadro aplicável sobre questões comunitárias. Recomendou-se a inclusão de um parágrafo na Declaração para abordar essas questões;
- Recomendou-se igualmente que a Comissão da UA prepare um Plano de Acção com prazos definidos sobre a gestão dos recursos minerais africanos;

Ponto 6 da Agenda: Apreciação e Adopção da Declaração Ministerial

27. A Conferência avaliou o projecto de Declaração Ministerial e adoptou-o com emendas. Decidiu igualmente que a decisão devia ser submetida ao Conselho Executivo da UA com vista a institucionalizar a Conferência da UA dos Ministros dos Recursos Minerais.

Ponto 7 da Agenda: Data e Lugar da próxima reunião

28. Os Ministros decidiram realizar a sua próxima reunião de 5 a 7 de Fevereiro de 2009 na África do sul.

Ponto 8 da Agenda: Diversos

29. Não foi levantado nenhum assunto a luz deste tema.

Ponto 9 da Agenda: Moção de Agradecimento

30. Em nome da Conferência, o Ministro Namibiano manifestou o seu apreço a Comissão da UA e a CEA por organizar a reunião que deu a África a oportunidade de trocar ideias sobre a situação do sector mineiro em Africa e acima de tudo formular a visao que deve trazer as mudanças necessárias as anteriores formas de a África explorar e gerir o sector. Ele exortou para a implementação da Visão e da Declaração depois do seu endosso pelos Chefes de Estado e de Governo em Janeiro de 2009.

Ponto 10 da Agenda: Consideração e Adopção do Relatório Ministerial da Conferência

31. Os Ministros consideraram e adoptaram o seu relatório

Ponto 11 da Agenda: Encerramento da Reunião

32. No seu discurso de encerramento, o Presidente agradeceu todos os participantes pelas contribuições de alto nível e especificou que reunião não foi encerrada mas suspensa até Fevereiro de 2009, na África do Sul. Entretanto, a CUA deve apresentar o resultado da reunião, bem como a decisao acordada, ao Conselho Executivo da UA e à Cimeira

2009

Relatório da primeira conferência dos Ministros Africanos de desenvolvimento dos recursos Minerais, Adis Abeba, Etiópia, 13-17 de outubro De 2008

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3920>

Downloaded from African Union Common Repository